



JUCESP PROTOCOLO
0.060.296/19-7

SERVTEC INSTALAÇÕES E MAI

CNPJ/MF N.º 05.208.211/0001-38 - NIRE N.º 35.223.822.051

"Sociedade Empresária Limitada"



32.ª - ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSOLIDADA

(Alteração da Razão Social e Inclusão de Nome Fantasia, Atualização das Regras de Administração da Sociedade e Consolidação do Contrato Social)

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as Partes nominadas e qualificadas em (i) e (ii) abaixo:

- (i) **TOP SERVICE SERVIÇOS E SISTEMAS S.A.**, Sociedade de direito privado legalmente constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com seus atos constitutivos devidamente registrados e arquivados na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul - JUCISRS sob o NIRE n.º 43.300.061.906, em sessão de 22-mai-2018 e respectivas reformas estatutárias posteriores, sendo a última (4.ª - Reforma Estatutária), conforme "AGE" de 30-nov-2018, devidamente registrada e arquivada na JUCISRS (em processo de arquivamento/registro na JUCESP), inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.973.749/0001-15, com sede e foro jurídico na Cidade e Estado de São Paulo, à Avenida Miguel Frias e Vasconcelos n.º 1.205, 1.º Andar, Bairro do Jaguaré, CEP n.º 05.345-000, neste ato representada na forma de seu estatuto social, por seus Diretores, Senhores **Anderson Nunes da Silva**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, contador, portador da Cédula de Identidade RG n.º 29.207.076-7, expedida pela SSP-SP em 03-ago-1998 e inscrito no CPF/MF sob o n.º 269.768.458-10 e **Daniel Queiroz Neves Pelegrinelli**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, administrador, portador da Cédula de Identidade RG n.º 28.304.800-1, expedida pela SSP-SP em 04-fev-2003 e inscrito no CPF/MF sob o n.º 301.716.008-43, ambos domiciliados na Cidade e Estado de São Paulo, à Avenida Miguel Frias e Vasconcelos n.º 1.205/1.215, Bairro do Jaguaré, CEP n.º 05.345-000, adiante abreviadamente designada por "**Parte**", "**Sócia**" ou "**TOP SERVICE**"; e,
- (ii) **NVH PARTICIPAÇÕES LTDA.**, Sociedade de direito privado legalmente constituída sob a forma de sociedade empresária limitada, com seus atos constitutivos devidamente registrados e arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o NIRE n.º 35.223.822.051, em sessão de 16-nov-2009 e respectivas alterações contratuais posteriores, sendo a última (7.ª - Alteração Contratual), devidamente registrada e arquivada na JUCESP, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 11.349.021/0001-33, com sede e foro jurídico na Cidade e Estado de São Paulo, à Avenida Miguel Frias e Vasconcelos n.º 1.215, 2.º Andar - Parte, Bairro do Jaguaré, CEP n.º 05.345-000, neste ato representada na forma de seu contrato social, por seu Administrador, Sr. **Anderson Nunes da Silva**, qualificado no item (i) do preâmbulo deste instrumento, abreviadamente designada por "**Parte**", "**Sócia**" ou "**NVH**".

Conjuntamente, as Partes acima nominadas e qualificadas em (i) e (ii), abreviadamente, serão designadas de "**Parte(s)**", "**Sócia(s)**", "**NVH**" e/ou "**TOP SERVICE**".

Dispensada a reunião das Sócias, conforme disposto no Parágrafo 3.º, do Artigo 1.072, da Lei n.º 10.406/02 ("**Código Civil Brasileiro**"), em decorrência da assinatura, ao final do presente instrumento, de todas as Sócias.

As Partes nominadas e qualificadas nos itens (i) e (ii), acima, na qualidade de únicas Sócias da Sociedade de direito privado organizada sob a forma de sociedade empresária limitada,



denominada **SERVTEC INSTALAÇÕES E MANUTENÇÃO LTDA.**, com sede e foro jurídico na Cidade e Estado de São Paulo, à Avenida Miguel Frias e Vasconcelos n.º 1.205/1.215, 1.º - Andar - Parte, Bairro do Jaguaré, CEP n.º 05.345-000, com seus atos constitutivos devidamente registrados e arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o NIRE n.º 35.217.722.911, em sessão de 01-ago-2002 e respectivas alterações contratuais posteriores, sendo a última (31.ª – Alteração Contratual), devidamente registrada e arquivada na JUCESP e inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 05.208.211/0001-38 ("**Sociedade**"), pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, resolvem **ALTERAR** o contrato social da Sociedade, como também promover a sua **CONSOLIDAÇÃO**, na forma que abaixo segue:

1. ALTERAÇÃO DA RAZÃO SOCIAL DA SOCIEDADE

Decidem as Sócias, por unanimidade, neste ato, **ALTERAR** a razão social da Sociedade, que passa a ser **IN-HAUS INDUSTRIAL E SERVIÇOS DE LOGÍSTICA LTDA.**, e, promovem também, a inclusão do nome fantasia **IN-HAUS INDUSTRIAL**, conforme "**Parágrafo Único**", inserido na Cláusula acima.

Em decorrência, resolvem alterar o "*caput*" da **Cláusula Primeira**, do **CAPÍTULO - I DENOMINAÇÃO, SEDE E FILIAIS, OBJETO SOCIAL E PRAZO DE DURAÇÃO**", do contrato social da Sociedade, passa a vigorar com a seguinte nova redação:

"CAPÍTULO - I DENOMINAÇÃO, SEDE E FILIAIS, OBJETO SOCIAL E PRAZO DE DURAÇÃO...

Cláusula Primeira...

A sociedade empresária limitada gira sob a denominação de **IN-HAUS INDUSTRIAL E SERVIÇOS DE LOGÍSTICA LTDA** ("**Sociedade**"), sendo regida pelas disposições pertinentes às sociedades limitadas, previstas na Lei n.º 10.406/02 ("**Código Civil Brasileiro**"), pelo presente contrato social, supletivamente, no que couber, pela Lei n.º 6.404/76 que disciplina as sociedades por ações e demais disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Parágrafo único - A Sociedade girará, de acordo com sua conveniência, com o nome fantasia **IN-HAUS INDUSTRIAL...**"

2. ATUALIZAÇÃO DAS REGRAS DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Decidem também as Sócias, por unanimidade, neste ato, **ATUALIZAR** o "*caput*" da **Cláusula Décima Primeira**, do **CAPÍTULO - III ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE**", do contrato social da Sociedade, que passa a vigorar com a seguinte nova redação:

"CAPÍTULO - III ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula Décima Primeira...

A Sociedade considerar-se-á obrigada, de acordo com a extensão dos poderes que lhes forem conferidos nos respectivos instrumentos de mandato, nos atos normais de gestão, observado o disposto nos **Parágrafos Primeiro, Segundo e Terceiro**, desta **Cláusula**, quando representada: (i) conjuntamente, por no mínimo, 2 (dois) dos Administradores designados pelas Sócias no contrato social; (ii) por 1 (um) Administrador em conjunto com 1 (um) Procurador; (iii) por 1 (um) ou mais Procuradores; (iv) ou por 1 (um) Administrador, exclusivamente, na aprovação de propostas comerciais para prestação de serviços, na(s) celebração(ões) de contrato(s) com o(s) respectivo(s) Cliente(s), e ainda, para as emissões de certificados digitais em nome da Sociedade..."



3. CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

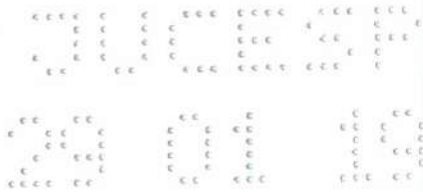
Face as alterações acima deliberadas e aprovadas, as Sócias representando a totalidade do capital social da Sociedade, decidem, por unanimidade, neste ato, **INCORPORÁ-LAS** e **CONSOLIDAR** o texto do contrato social da Sociedade, o qual passa a vigorar com a seguinte nova redação:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO
IN-HAUS INDUSTRIAL E SERVIÇOS DE LOGÍSTICA LTDA
CNPJ/MF N.º 05.208.211/0001-38 - NIRE N.º 35.217.722.911
"Sociedade Empresária Limitada"

TOP SERVICE SERVIÇOS E SISTEMAS S.A., Sociedade de direito privado legalmente constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com seus atos constitutivos devidamente registrados e arquivados na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul - JUCISRS sob o NIRE n.º 43.300.061.906, em sessão de 22-mai-2018 e respectivas reformas estatutárias posteriores, sendo a última (4.ª – Reforma Estatutária), conforme "AGE" de 30-nov-2018, devidamente registrada e arquivada na JUCISRS (em processo de arquivamento/registro na JUCESP), inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.973.749/0001-15, com sede e foro jurídico na Cidade e Estado de São Paulo, à Avenida Miguel Frias e Vasconcelos n.º 1.205, 1.º Andar, Bairro do Jaguaré, CEP n.º 05.345-000, neste ato representada na forma de seu estatuto social, por seus Diretores, Senhores **Anderson Nunes da Silva**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, contador, portador da Cédula de Identidade RG n.º 29.207.076-7, expedida pela SSP-SP em 03-ago-1998 e inscrito no CPF/MF sob o n.º 269.768.458-10 e **Daniel Queiroz Neves Pelegrielli**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, administrador, portador da Cédula de Identidade RG n.º 28.304.800-1, expedida pela SSP-SP em 04-fev-2003 e inscrito no CPF/MF sob o n.º 301.716.008-43, ambos domiciliados na Cidade e Estado de São Paulo, à Avenida Miguel Frias e Vasconcelos n.º 1.205/1.215, Bairro do Jaguaré, CEP n.º 05.345-000, adiante abreviadamente designada por "**Parte**", "**Sócia**" ou "**TOP SERVICE**"; e,

(ii) **NVH PARTICIPAÇÕES LTDA.**, Sociedade de direito privado legalmente constituída sob a forma de sociedade empresária limitada, com seus atos constitutivos devidamente registrados e arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o NIRE n.º 35.223.822.051, em sessão de 16-nov-2009 e respectivas alterações contratuais posteriores, sendo a última (7.ª – Alteração Contratual), devidamente registrada e arquivada na JUCESP, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 11.349.021/0001-33, com sede e foro jurídico na Cidade e Estado de São Paulo, à Avenida Miguel Frias e Vasconcelos n.º 1.215, 2.º Andar - Parte, Bairro do Jaguaré, CEP n.º 05.345-000, neste ato representada na forma de seu contrato social, por seu Administrador, Sr. **Anderson Nunes da Silva**, qualificado no item (i) do preâmbulo deste instrumento, abreviadamente designada por "**Parte**", "**Sócia**" ou "**NVH**".

Têm entre si as Partes acima nominadas e qualificadas, justa e aprovada, a consolidação do contrato social da sociedade empresária limitada ("**Contrato**"), que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:



CAPÍTULO - I

DENOMINAÇÃO, SEDE E FILIAIS, OBJETO SOCIAL E PRAZO DE DURAÇÃO

Cláusula Primeira

A sociedade empresária limitada gira sob a denominação de **IN-HAUS INDUSTRIAL E SERVIÇOS DE LOGÍSTICA LTDA. ("Sociedade")**, sendo regida pelas disposições pertinentes às sociedades limitadas, previstas na Lei n.º 10.406/02 ("**Código Civil Brasileiro**"), pelo presente contrato social, supletivamente, no que couber, pela Lei n.º 6.404/76 que disciplina as sociedades por ações e demais disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Parágrafo único - A Sociedade girará, de acordo com sua conveniência, com o nome fantasia **IN-HAUS INDUSTRIAL**.

Cláusula Segunda

A Sociedade tem sede e foro jurídico na sede e foro jurídico na Cidade e Estado de São Paulo, à Avenida Miguel Frias e Vasconcelos n.º 1.205/1.215, 1.º - Andar - Parte, Bairro do Jaguaré, CEP n.º. 05.345-000, e, por resolução das Sócias, poderá abrir e extinguir Filiais, Escritórios, Depósitos e outras dependências em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

Parágrafo Único - A Sociedade possui a seguinte Filial:

FILIAL RIO DE JANEIRO/RJ - Situada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, em Campo de São Cristovão n.º 220, Suplementar para a Rua Senador Alencar n.º 11, Térreo, Bairro de São Cristovão, CEP n.º 20.921-440 com seus atos constitutivos devidamente registrados e arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA sob o NIRE n.º 33.901.060.591, em sessão de 17-mar-2010 e inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 05.208.211/0004-80.

Cláusula Terceira

O objeto social da Sociedade compreende o exercício das seguintes atividades:

- (i) Planejamento, projeto, gerenciamento e execução de obras de engenharia, inclusive, construção civil;
- (ii) Planejamento, projeto e gerenciamento de instalações elétricas, hidráulicas, de sistemas de ar condicionado, de refrigeração, de ventilação, de utilidades industriais, de geração de energia elétrica e de sistemas de automação;
- (iii) Instalação, gerenciamento, manutenção e operação dos seguintes sistemas e/ou equipamentos:
 - 01. Sistemas elétricos de baixa e média tensão;
 - 02. Sistemas hidráulicos e hidrosanitários;
 - 03. Sistemas de telefonia e transmissão de dados;
 - 04. Sistemas de equipamentos eletromecânicos;
 - 05. Sistemas de utilidades industriais;
 - 06. Sistemas de automação;
 - 07. Equipamentos de ar condicionado, refrigeração e ventilação;
 - 08. Serviços de construção civil;
 - 09. Construção de edifícios;
 - 10. Montagem e instalação de máquinas e equipamentos industriais e eletromecânicos;



11. Importação e exportação de produtos industrializados;

- (iv) Locação de máquinas, equipamentos e sistemas eletromecânicos;
- (v) Serviços de consultoria e assessoria na área de engenharia;
- (vi) Montagem, industrialização e comercialização de equipamentos e materiais eletromecânicos;
- (vii) Serviços de manutenção predial;
- (viii) Representação por conta própria e de terceiros;
- (ix) Participação no capital social de outras sociedades;
- (x) Prestação de serviços de limpeza, inclusive limpeza técnica, de conservação e de manutenção de prédios residenciais, comerciais e industriais;
- (xi) Prestação de serviços de jardinagem, paisagismo, conservação externa e de sistema viário;
- (xii) Prestação de serviços de portaria, recepção e copa de empresas;
- (xiii) Prestação de serviços especializados com ou sem fornecimento de mão de obra, fora do âmbito da atividade fim do Contratante, dentre os quais serviços de facilities; e,
- (xiv) Prestação de serviços em geral para empresas do mesmo grupo econômico, incluindo a gestão empresarial, financeira e contábil.

Cláusula Quarta

O prazo de duração da Sociedade é indeterminado e suas atividades tiveram início em **01-jul-2002**.

CAPÍTULO - II
CAPITAL SOCIAL

Cláusula Quinta

O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do País, é de **R\$ 34.922.972,00** (trinta e quatro milhões, novecentos e vinte e dois mil, novecentos e setenta e dois reais), representados por **34.922.972** (trinta e quatro milhões, novecentas e vinte e duas mil, novecentas e setenta e duas) quotas sociais, com valor nominal de **R\$ 1,00** (um real) cada uma, assim distribuídas entre as Sócias:

CAPITAL SOCIAL		
Sócias	Número de Quotas	Valor em Reais
Top Service Serviços e Sistemas S/A	34.922.971	34.922.971,00
NVH Participações Ltda	1	1,00
Total	34.922.972	34.922.972,00

Parágrafo Único - A responsabilidade de cada Sócia é restrita ao valor de suas quotas, mas todas as Sócias respondem, solidariamente, pela integralização do capital social.



Cláusula Sexta

As quotas são indivisíveis em relação à Sociedade e cada uma delas dá direito a um voto nas deliberações sociais. Quando a quota pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo(s) representante(s) do condomínio.

Cláusula Sétima

É vedado às Sócias caucionar, ou de qualquer forma onerar suas quotas de capital, no todo ou em parte, salvo em favor de outra(s) Sócia(s) e com a aprovação da(s) Sócia(s) representando a maioria do capital social.

Cláusula Oitava

As quotas não poderão ser cedidas, transferidas ou alienadas a terceiros, a qualquer título, total ou parcialmente, sem o consentimento da(s) Sócia(s) representando a maioria do capital social, respeitando os termos e condições definidos no Acordo de Acionistas arquivado na sede da Sociedade ("**Acordo de Acionistas**"), firmado em **05-jul-2017** por sua controladora indireta, a Sociedade GPS PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A, inscrita no CNPJ/MF n.º 09.229.201/0001-30.

CAPÍTULO - III ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula Nona

A administração da Sociedade será exercida, independentemente de caução, por até 6 (seis) Administradores, Sócios ou não, com ou sem designação específica, com mandato por tempo indeterminado, a ser(em) nomeado(s) pela(s) Sócia(s) representando a maioria do capital social.

Cláusula Décima

Além das atribuições necessárias à realização dos fins sociais, os Administradores ficam investidos de poderes para representar a Sociedade, ativa e passivamente, confessar dívidas, fazer acordos, contrair obrigações, celebrar contratos e adquirir, alienar e onerar bens, observadas as condições deste **CAPÍTULO**.

Cláusula Décima Primeira

A Sociedade considerar-se-á obrigada, de acordo com a extensão dos poderes que lhes forem conferidos nos respectivos instrumentos de mandato, nos atos normais de gestão, observado o disposto nos **Parágrafos Primeiro, Segundo e Terceiro**, desta **Cláusula**, quando representada: (i) conjuntamente, por no mínimo, **2** (dois) dos Administradores designados pelas Sócias no contrato social; (ii) por **1** (um) Administrador em conjunto com **1** (um) Procurador; (iii) por **1** (um) ou mais Procuradores; (iv) ou por **1** (um) Administrador, exclusivamente, na aprovação de propostas comerciais para prestação de serviços, na(s) celebração(ões) de contrato(s) com o(s) respectivo(s) Cliente(s), e ainda, para as emissões de certificados digitais em nome da Sociedade.

Parágrafo Primeiro - A prática dos seguintes atos pela Sociedade, exigirá prévia e expressa aprovação da(s) Sócia(s) que detenha(m), no mínimo, **90%** (noventa por cento) do capital social da Sociedade:

- (a) a alteração nas preferências (**inclusive direitos de "tag along"**), vantagens e condições de resgate, amortização ou remuneração devida aos detentores das quotas da Sociedade (**seja sob a forma de dividendos, juros sobre o capital**

próprio ou qualquer outra forma), assim como a criação e/ou extinção de nova classe de quotas de emissão da Sociedade;

- (b) a concessão de opções de compra de quotas de emissão da Sociedade (**inclusive "stock options plans" ou planos similares**) ou emissão de títulos conversíveis e/ou permutáveis por quotas de emissão da Sociedade;
- (c) a alteração da remuneração dos Administradores da Sociedade, que resulte em uma remuneração anual fora dos padrões de mercado;
- (d) a prestação de garantias a obrigações de terceiros (**assim entendidos terceiros pessoa(s) física(s) ou jurídica(s) não integrante(s) do grupo empresarial em que se insere a IN-HAUS INDUSTRIAL**); para os efeitos desta disposição, é considerada pessoa jurídica integrante do grupo empresarial em que se insere a IN-HAUS INDUSTRIAL, qualquer pessoa jurídica controlada ou coligada, ou que vier a ser controlada ou coligada, direta ou indiretamente, pela Sociedade **GPS PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS - CNPJ/MF n.º 09.229.201/0001-30**;
- (e) a fusão, cisão, incorporação ou qualquer outra reestruturação societária envolvendo a Sociedade e/ou suas subsidiárias e coligadas diretas ou indiretas;
- (f) o investimento, aquisição, contratação de obrigação ou direito de adquirir participação, pela Sociedade, em "joint ventures" e em outras sociedades;
- (g) a alienação de participação societária detida pela Sociedade (**inclusive mediante reestruturação societária ou outro ajuste que gere o mesmo resultado**) bem como a constituição voluntária de ônus real sobre tal participação societária;
- (h) o requerimento de aut falência, dissolução, liquidação ou recuperação judicial ou extrajudicial da Sociedade, nos termos da Lei n.º 11.101/2005, bem como cessão de direitos ou bens em favor de credores;
- (i) a alteração do objeto social da Sociedade;
- (j) a alienação (**inclusive mediante reestruturação societária ou outro ajuste que gere o mesmo resultado**) e oneração de quaisquer bens ou direitos intangíveis da Sociedade e/ou aprovação de qualquer investimento pela Sociedade que seja, isoladamente, superior a **R\$ 300.000,00** (trezentos mil reais) ou acima de **R\$ 500.000,00** (quinhentos mil reais);
- (k) a contratação de empréstimos ou financiamentos, a assunção de obrigações de qualquer natureza ou qualquer outra forma de endividamento que ultrapasse os limites impostos para o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida e o Nível de Endividamento, conforme os termos e condições do Acordo de Acionistas;
- (l) a contratação de "leasings" operacionais pela Sociedade cujos saldos devidos, individuais ou em conjunto, sejam superiores a **R\$ 5.000.000,00** (cinco milhões de reais);

- (m) a contratação e demissão de empregados para posições de média e alta gerência, bem como de prestadores de serviços de consultoria, auditoria, intermediação e outros serviços especializados;
- (n) a contratação de pessoas físicas ou jurídicas que sejam ligadas aos acionistas da Sociedade, conforme os termos e condições definidos no Acordo de Acionistas;
- (o) a proposta ou a aprovação da distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio devidos às quotas de emissão da Sociedade, que, individual ou de forma agregada ultrapassem o limite estabelecido neste contrato social, respeitados os limites e condições definidos no Acordo de Acionistas;
- (p) a celebração de acordos, contratos ou a assunção de obrigações que representem individualmente ou em conjunto, obrigação da Sociedade de pagar, em prazo de 12 (doze) meses, montante igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- (q) a celebração e todo e qualquer novo acordo de acionistas ou documento similar entre os acionistas de cujo capital a Sociedade participe; e,
- (r) a concessão de mútuos ou empréstimos pela Sociedade para terceiros, exceção feita aos mútuos e empréstimos para sociedades integrantes do mesmo grupo econômico a que pertence a Sociedade, desde que os respectivos recursos sejam, destinados única e exclusivamente, pela sociedade do grupo para o financiamento de suas atividades, e desde que contratados em condições de mercado.

Parágrafo Segundo - Dependerá, também, de prévia e expressa aprovação da(s) Sócia(s) representando pelo menos 90% (noventa por cento) do capital social da Sociedade, os votos a serem proferidos pela Sociedade nas sociedades controladas e coligadas pela/com a Sociedade (nos termos dos Parágrafos 1.º e 2.º do Artigo 243 da Lei n.º 6.404/76) relativamente à aprovação dos atos enumerados no **Parágrafo Primeiro**, acima, no nível das sociedades controladas e/ou coligadas pela/com a Sociedade.

Parágrafo Terceiro - Salvo quando para fins judiciais, os mandatos outorgados pela Sociedade deverão especificar precisamente os poderes a serem outorgados pela Sociedade, e terão prazo de vigência determinado.

Cláusula Décima Segunda

Os Administradores poderão ter uma remuneração mensal cujo montante será definido em reunião das Sócias, respeitado o disposto na letra (c) do **Parágrafo Primeiro** da **Cláusula Décima Primeira**, acima.

CAPÍTULO - IV DELIBERAÇÕES SOCIAIS

Cláusula Décima Terceira

Ressalvados os casos previstos em lei, e o disposto na **Cláusula Décima Primeira**, supra, que exigirem quorum diverso, as deliberações sociais serão tomadas pela(s) Sócia(s) representando a maioria do capital social, sendo válidos para registro e demais efeitos legais os instrumentos de alteração contratual subscritos pela(s) Sócia(s) que represente(m) esse quorum.

Parágrafo Primeiro - As reuniões de Sócias realizar-se-ão no mínimo uma vez por ano, nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, e sempre que os interesses sociais o exigirem, por convocação de qualquer Sócia.

Parágrafo Segundo - A convocação deverá ser feita por escrito, mediante carta registrada enviada pelo correio, com aviso de recebimento, ou por carta protocolada, com a antecedência mínima de 8 (oito) dias, indicando o horário da reunião na sede social.

Parágrafo Terceiro - Dispensam-se as formalidades da convocação previstas no **Parágrafo Segundo**, supra, quando todas as Sócias comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia.

Parágrafo Quarto - A reunião de Sócias tornar-se-á dispensável quando todas as Sócias decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela.

Parágrafo Quinto - As reuniões de Sócias serão instaladas com a presença da(s) Sócia(s) representando a maioria do capital social.

Parágrafo Sexto - Qualquer Sócia pode ser representada na reunião por advogado, mediante outorga de mandato com especificação dos atos autorizados, devendo o instrumento ser levado a registro, juntamente com a ata.

Parágrafo Sétimo - Em cada reunião de Sócias, será lavrada a correspondente ata em livro próprio e assinada pelos presentes.

Parágrafo Oitavo - As deliberações aprovadas em reunião de Sócias vinculam todas as Sócias, ainda que ausentes ou dissidentes.

Cláusula Décima Quarta

A(s) Sócia(s) dissidente(s) de qualquer decisão majoritária poderá(ão) retirar-se(em-se) da Sociedade, notificando deste seu propósito a(s) outra(s) Sócia(s), por escrito, contra recibo, respeitando os termos e condições definidos nesse Contrato e no Acordo de Acionistas.

Cláusula Décima Quinta

Os haveres da(s) Sócia(s) dissidente(s) serão apurados e pagos na forma prevista no **Capítulo VII**, infra, tomando-se como data base de apuração a data do recebimento da notificação de dissidência pela(s) outra(s) Sócia(s), respeitando os termos e condições definidos no presente Contrato e no Acordo de Acionistas.

CAPÍTULO - V **EXTINÇÃO DE SÓCIA PESSOA JURÍDICA**

Cláusula Décima Sexta

A Sociedade não se dissolverá em caso de fusão, cisão ou incorporação envolvendo Sócia pessoa jurídica, bem como nas hipóteses de extinção, liquidação ou falência ou qualquer outra, se da operação resultar modificação no controle societário da Sócia ou alteração na titularidade das quotas sociais, continuando a Sociedade com herdeiros e/ou sucessores da Sócia pessoa jurídica, observado o disposto nesta **Cláusula**.

Parágrafo Primeiro - Caso a sociedade sucessora não seja quotista da Sociedade, poderá ingressar na mesma, observando-se o disposto no **Parágrafo Segundo**, infra. Para tal fim, os representantes legais da sociedade sucessora deverão comunicar as outras

Sócias essa intenção, por escrito, contra recibo, no prazo de **60** (sessenta) dias a contar da data do ato societário de extinção da sociedade.

Parágrafo Segundo - Por decisão da(s) Sócia(s) que represente(m) maioria do capital social, poderá ser recusada a admissão da referida sucessora na Sociedade. Nesta hipótese, nos **30** (trinta) dias seguintes ao recebimento da notificação referida no **Parágrafo Primeiro**, supra, deverão ser apurados os haveres da Sócia extinta, na forma prevista no **CAPÍTULO - VII**, infra, tomando-se como data base de apuração a data do ato societário que aprovou a extinção da sociedade.

Parágrafo Terceiro - Para a deliberação a respeito da admissão da sociedade sucessora, o direito de voto das quotas de capital da sociedade extinta será exercido pelos respectivos representantes legais da sociedade sucessora, participando, portanto, da formação do quorum de deliberação de que trata a **Cláusula Décima Terceira**, deste contrato.

CAPÍTULO - VI **EXCLUSÃO DE SÓCIA**

Cláusula Décima Sétima

Por decisão da(s) Sócia(s) representando a maioria do capital social (observado ainda o disposto na **Cláusula Décima Primeira**), supra, poderá ser determinada a exclusão de Sócia do quadro social, por justa causa, quando tal Sócia estiver pondo em risco a continuidade da Sociedade, em virtude de atos de inegável gravidade. Para efeitos desta **Cláusula**, constituem justa causa para a exclusão de Sócia:

- (a) violação de cláusula contratual e/ou falta de cumprimento dos deveres sociais;
- (b) comprometimento, por atos ou omissões, da sobrevivência normal da Sociedade, ou do desenvolvimento e expansão dos negócios sociais;
- (c) uso indevido da firma ou denominação social;
- (d) desarmonia ou séria divergência com a(s) Sócia(s) que represente(m) a maioria do capital social, com efeitos negativos para a Sociedade;
- (e) prática de atos que impeçam ou dificultem a condução normal dos negócios sociais; ou,
- (f) ocorrência de qualquer outro motivo justo para a exclusão.

Cláusula Décima Oitava

Observado o disposto na **Cláusula Décima Sétima**, supra, a exclusão de Sócia será determinada em reunião especialmente convocada para esse fim, por qualquer um dos Administradores, com antecedência mínima de **8** (oito) dias, através de carta registrada ou protocolada, de forma a cientificar a acusada em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

Parágrafo Primeiro - Aprovada a exclusão de Sócia, esta será formalizada mediante alteração de contrato social deliberada em reunião, especialmente convocada para esse fim, pela(s) Sócia(s) representando a maioria do capital social.

Parágrafo Segundo - Os haveres da Sócia excluída serão apurados e pagos na forma prevista no **CAPÍTULO - VII**, infra, tomando-se como data base de apuração a data da deliberação da exclusão.

CAPÍTULO - VII **APURAÇÃO DOS HAVERES**

Cláusula Décima Nona

Em qualquer caso de apuração de haveres previsto neste contrato ou decorrente de determinação legal ou sentença judicial, o valor de reembolso das quotas será apurado da seguinte forma, respeitando os termos e condições definidos no presente Contrato e no Acordo de Acionistas:

- (a) na data base da apuração, será levantado um balanço especial, mediante o qual será apurado o valor de patrimônio líquido contábil da Sociedade, calculando-se o valor proporcional das quotas a serem reembolsadas;
- (b) os haveres assim apurados serão pagos a quem de direito em **12** (doze) prestações mensais iguais e sucessivas, acrescidas de correção monetária calculada com base no **IGPM/FGV** - Índice Geral de Preços de Mercado, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, com a menor periodicidade permitida pela legislação vigente, desde a data do balanço de apuração de haveres até a data de cada pagamento, vencendo-se a primeira **60** (sessenta) dias após a data do mesmo balanço e as demais em igual dia dos meses subseqüentes, até final;
- (c) na avaliação a ser procedida nos termos desta **Cláusula**, não serão considerados os lucros ou perdas posteriores à data de apuração fixada para cada caso, que não sejam consequência direta de atos anteriores à data de apuração; e,
- (d) em caso de apuração de patrimônio líquido contábil negativo, caberá a(s) Sócia(s) dissidente(s) ou excluída(s) pagar à Sociedade a parcela correspondente à sua participação no capital social, nas condições previstas neste **CAPÍTULO**.

Cláusula Vigésima

As quotas reembolsadas poderão ser adquiridas pela própria Sociedade, nas condições previstas em lei, ou pela(s) Sócia(s) remanescente(s).

Parágrafo Único - Caso o pagamento dos haveres apurados torne inviável a continuação normal da Sociedade, a(s) Sócia(s) representando a maioria do capital social poderá(ão) proceder à dissolução total da Sociedade, caso em que se procederá à liquidação e partilha do patrimônio social entre a(s) Sócia(s), na proporção das respectivas participações no capital social, observadas as disposições legais pertinentes.

CAPÍTULO - VIII **EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO GERAL E DESTINAÇÃO DOS LUCROS**

Cláusula Vigésima Primeira

O exercício social coincide com o ano civil, e encerrar-se-á no dia 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as Demonstrações Financeiras da Sociedade, em conformidade com as disposições legais.

Cláusula Vigésima Segunda

Os lucros líquidos apurados, respeitando os termos e condições definidos no presente Contrato e no Acordo de Acionistas, poderão ser:

- (a) distribuídos às Sócias; ou,
- (b) retidos, total ou parcialmente, em conta de lucros em suspenso ou de reservas, ou capitalizados.

Parágrafo Primeiro - A critério das Sócias, a Sociedade poderá levantar balanços intermediários e/ou intercalares para fins contábeis ou para distribuição de lucros.

Parágrafo Segundo - Os lucros líquidos poderão ser distribuídos às Sócias, inobstante a participação de cada uma no capital social, na forma e na proporção a ser entre elas ajustada.

CAPÍTULO - IX **DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE**

Cláusula Vigésima Terceira

A Sociedade se dissolverá nos casos previstos em lei e por decisão da(s) Sócia(s) representando a maioria do capital social, respeitando os termos e condições definidos no presente Contrato e no Acordo de Acionistas.

Cláusula Vigésima Quarta

Em caso de liquidação, a(s) Sócia(s) representando a maioria do capital social nomeará(ão) um liquidante a fim de que este proceda na conformidade das leis vigentes, respeitando os termos e condições definidos no presente Contrato e no Acordo de Acionistas.

Cláusula Vigésima Quinta

Por decisão da(s) Sócia(s) representando a maioria do capital social, a Sociedade poderá ser objeto de processo de transformação em outro tipo societário, incorporação, cisão ou fusão.

CAPÍTULO - X **DISPOSIÇÕES FINAIS**

Cláusula Vigésima Sexta

Todas as convocações, avisos e notificações as Sócias deverão ser feitos por escrito, por uma das seguintes formas:

- a) mediante carta registrada ou protocolada, com aviso de recebimento;
- b) mediante notificação extrajudicial, via Registro de Títulos e Documentos; ou,
- c) por telefax ou por correio eletrônico, desde que com a devida confirmação de recebimento. As convocações serão dirigidas ou entregues as Sócias, conforme o caso, nos endereços indicados no preâmbulo ou a qualquer outro endereço que as Sócias venham a indicar, por escrito. As Sócias deverão manter dados e endereço atualizados, junto à Sociedade.

Cláusula Vigésima Sétima

Fica eleito como foro deste contrato o da Cidade e Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais especial que seja. Havendo necessidade de procedimento judicial, a parte vencida pagará todas as custas e despesas processuais, inclusive honorários dos advogados da parte vencedora.

Nos termos da **Cláusula Nona**, deste contrato social, foram nomeados para os cargos de Administradores da Sociedade, os Senhores: (i) **LUIS CARLOS MARTINEZ ROMERO**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG n.º 3.284.691, expedida pela SSP-BA em 20-ago-1985 e inscrito no CPF/MF sob o n.º 443.874.405-97; e, (ii) **MARCELO NIEMEYER HAMPSHIRE**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, engenheiro de produção, portador da Cédula de Identidade RG n.º 597.875-0, expedida pela MM-RJ em 29-set-2006 e inscrito no CPF/MF sob o n.º 084.440.607-47; ambos não Sócios e sem designação específica; e ainda, (iii) **ANDERSON NUNES DA SILVA**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, contador, portador da Cédula de Identidade RG n.º 29.207.076-7, expedida pela SSP-SP em 03-ago-1998 e inscrito no CPF/MF sob o n.º 269.768.458-10, com a designação específica de ADMINISTRADOR DE CONTROLADORIA; (iv) **DANIEL QUEIROZ NEVES PELEGRINELLI**, brasileiro, divorciado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG n.º 28.304.800-1, expedida pela SSP-SP em 04-fev-2003 e inscrito no CPF/MF sob o n.º 301.716.008-43, com a designação específica de ADMINISTRADOR DE PESSOAS, ORGANIZAÇÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO ("P&O e TI"); e, (v) **GUILHERME NASCIMENTO ROBORTELLA**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, economista, portador da Cédula de Identidade RG n.º 28.601.644-8, expedida pela SSP-SP em 19-mai-2003 e inscrito no CPF/MF sob o n.º 287.193.388-05, com a designação específica de DIRETOR FINANCEIRO, todos não Sócios, eleitos com mandato por prazo indeterminado e domiciliados na Cidade e Estado de São Paulo, à Avenida Miguel Frias e Vasconcelos n.º 1.205/1.215, Bairro do Jaguaré, CEP n.º 05.345-000.

Os Administradores ficam investidos de todos os poderes de representação ativa e passiva da Sociedade, em juízo e fora dele, bem como em todos os demais atos de gestão relacionados com a empresa, podendo, ademais, nomear e constituir Procuradores.

Os Administradores eleitos declaram, sob as penas da Lei, não estarem impedidos de exercer a administração da Sociedade seja por Lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, Parágrafo 1.º, do Artigo 1.011, da Lei n.º 10.406/02 ("**Código Civil Brasileiro**").

E, por estarem assim justas e contratadas, as Sócias firmam o presente instrumento em 3 (três) vias, de igual forma e teor, na presença de 2 (duas) testemunhas.

RECEBUEMOS
2019

São Paulo – SP, 09 de janeiro de 2.019

SÓCIAS
TOP SERVICE SERVIÇOS E SISTEMAS S.A.

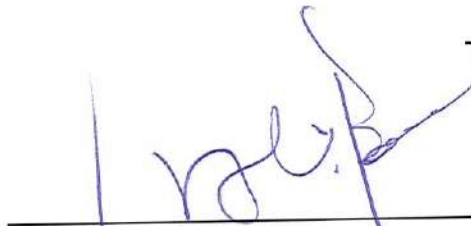

p/ Anderson Nunes da Silva
Diretor


p/ Daniel Queiroz Neves Pelegrinelli
Diretor

NVH PARTICIPAÇÕES LTDA


p/ Anderson Nunes da Silva
Administrador

TESTEMUNHAS


José Leite Bonano
CPF 618.231.638-15
RG 8.657.120-5 SSP-SP


Renan Paiva dos Santos
CPF 460.285.788-43
RG 52.882.403-X SSP-SP

JUCESP
29 JAN 2019



JUCESP